

V ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

**DIREITO AMBIENTAL, SUSTENTABILIDADE,
BIODIREITO E DIREITOS DOS ANIMAIS I**

FRANCIELLE BENINI AGNE TYBUSCH

VALTER MOURA DO CARMO

MARCELO NEGRI SOARES

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Diretora Executiva - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Napolini - UNIVEM/FMU - São Paulo

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Representante Discente: Prof. Dra. Sinara Lacerda Andrade - UNIMAR/FEPODI - São Paulo

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - ESDHC - Minas Gerais

Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM - Rio de Janeiro

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - Ceará

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UNIMAR - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Daniela Marques De Moraes - UNB - Distrito Federal

Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues - UNIVEM - São Paulo

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - Mackenzie - São Paulo

Comunicação:

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Creusa De Araújo Borges - UFPB - Paraíba

Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro - UNOESC - Santa Catarina

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Prof. Dr. José Barroso Filho - ENAJUM

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP - São Paulo

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba - Paraná

Eventos:

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta - Fumec - Minas Gerais

Profa. Dra. Cinthia Obladen de Almendra Freitas - PUC - Paraná

Profa. Dra. Livia Gaigher Bosio Campello - UFMS - Mato Grosso do Sul

Membro Nato - Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UMICAP - Pernambuco

D597

Direito ambiental, sustentabilidade, biodireito e direitos dos animais [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Francielle Benini Agne Tybusch; Marcelo Negri Soares; Valter Moura do Carmo. – Florianópolis: CONPEDI, 2022.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5648-550-8

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Inovação, Direito e Sustentabilidade.

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais – Anais de pôsteres.
2. Direito ambiental.
3. Sustentabilidade. V Encontro Virtual do CONPEDI (1: 2022 : Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



V ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

DIREITO AMBIENTAL, SUSTENTABILIDADE, BIODIREITO E DIREITOS DOS ANIMAIS I

Apresentação

Em tempos de retorno das aulas e encontros científicos presenciais, temos a satisfação de apresentar o Grupo de Trabalho (GT) de Pôster denominado “DIREITO AMBIENTAL, SUSTENTABILIDADE, BIODIREITO E DIREITOS DOS ANIMAIS E DIREITO AGRÁRIO E AGROAMBIENTAL” do V Encontro Virtual do CONPEDI (VEVC), com a temática “Inovação, Direito e Sustentabilidade”, promovido pelo Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI), Sociedade Científica do Direito no Brasil, e apoio institucional de importantes instituições de ensino do Brasil (UFMS – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul e Universidade Presbiteriana Mackenzie) em conexão com a Escola de Ciências Jurídicas e Sociais e o Programa de Pós-graduação em Ciências Jurídicas da UNIVALI/SC e do Mestrado Profissional em Direito da UFSC, bem como dos Estados Unidos da América-EUA (Widener University Delaware Law School), Espanha (Universidad de Alicante) e Itália (Universidade degli Studi di Perugia), em evento realizado entre os dias 14 a 18 de junho de 2022, de forma telepresencial, com a utilização da Plataforma ConferênciaWeb RNP, sendo que mesmo passado o momento mundial de pandemia pelo COVID19, que começa a desacelerar, os encontros virtuais vieram para ficar, conectando a todos, com menor custo e fazendo democratizar o ensino por todo o País.

Trata-se de publicação que reúne pôsteres de temáticas do Direito Ambiental e o Biodireito, apresentados e discutidos pelos autores, orientadores e coordenadores no âmbito do Grupo de Trabalho (GT), em trabalhos doutrinários oriundos de distintos programas de pós-graduação e graduação, que enfrentam importante debate ofertado à comunidade jurídica, todos voltados a evidenciar o Estado Democrático de Direito.

O primeiro pôster teve como título a “PROCESSO DE GRILAGEM NO TERRITÓRIO DA AMAZONIA COM ENFASE AO TERRITÓRIO DO ESTADO DO PARÁ À LUZ DOS CONFLITOS RURAIS E EFICÁCIA DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA”, das autoras Barbara Cristina Bezerra Costa e Bianca Araújo de Maria Peixoto; orientado pelo Professor Liandro Moreira da Cunha Faro.

O segundo pôster “A HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE E O IMPACTO DA EMISSÃO DE GÁS METANO A LUZ DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL” da lavra dos autores Danilo César de Oliveira Milard e Natália Rios Estenes Nogueira.

O terceiro pôster da coletânea está intitulado “DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL A TÍTULO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS E DOS POVOS INDÍGENAS DO PANTANAL”, é o trabalho dos autores Thais Fajardo Nogueira Uchôa Fernandes e Júlia Maria Ramalho Lisboa, sob a orientação da Professora Livia Gaigher Bosio Campello.

O quarto texto é sobre “O DESMONTE DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL BRASILEIRA SOB A ÓTICA DO PRINCÍPIO DA EQUIDADE INTERGERACIONAL”, de autoria de Júlia Maria Ramalho Lisboa e Rodrigo de Pinho Maia Filho.

Por fim, o quinto texto, firmado sobre “O PARADOXO DA JUSTICA ENERGÉTICA NA AMAZONIA”, de autoria de Ana Karolina Rocha Gamboa.

Com grande proveito nos debates, os escritos encerram discursos interdisciplinares típicos de estudos pós-graduados. Os autores combinam teoria e prática com as garantias fundamentais, destacando a inovação, direito e sustentabilidade, em prestígio à temática do V Encontro Virtual; reúne trabalhos centrados em um Arcabouço jurídico voltado para o ordenamento territorial no Brasil, com dois trabalhos sobre a questão fundiária na Amazônia, dinâmica do processo de grilagem de terras na região e um trabalho sobre o paradoxo da justiça energética na Amazônia, que resvala disputa em torno de um novo padrão de desenvolvimento econômico e social. Prossegue com a dicotomia no licenciamento ambiental, com aprofundamento sobre o afrouxamento da política de proteção natural para as gerações futuras. Prossegue com a temática dos indígenas no Pantanal em contraponto com o desenvolvimento sustentável, propondo críticas e soluções, transpassando a equidade intergeracional no desmonte da legislação ambiental.

Não há dúvidas, a presente publicação é resultado de muita pesquisa, referenciada e refletindo o atual estado da arte dos temas enfrentados na defesa de interesses individuais, mas não só, sobretudo aos interesses coletivos contemporâneos.

Nesta ocasião, os Coordenadores e Organizadores homenageiam e prestam os devidos agradecimentos a todos que participam desta feliz empreitada capitaneada pelo Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito (CONPEDI), notadamente, mais especificamente aos autores que, sérios e comprometidos, atingiram esse excelente resultado.

Convida-se a uma leitura prazerosa dos pôsteres que veiculam e fomentam a formação de pensamento crítico, a possibilitar a construção de um Direito voltado à concretização de preceitos constitucionais com esteio na inovação, no direito e na Sustentabilidade.

22 de junho de 2022.

Professor Pós-Dr. Marcelo Negri Soares

Docente Permanente do PPGD Unicesumar e Professor Visitante da Coventry University (Inglaterra-Reino Unido). E-mail: negri@negrisoares.page

Professora Dra. Francielle Benini Agne Tybusch

Professora do Curso de Direito da Universidade Franciscana – UFN. E-mail: fra_agne@hotmail.com

Professor Dr. Valter Moura do Carmo

Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos da Universidade Federal do Tocantins/Esmat. v E-mail: mcarmo86@gmail.com

REFUGIADOS AMBIENTAIS: AS PRINCIPAIS VITIMAS DOS IMPACTOS AMBIENTAIS DECORRENTES DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS, SUA VULNERABILIDADE EM VIRTUDE DA DESREGULAMENTAÇÃO.

**Camila Gomes De Queiroz
Daniel Luis de Queiroz Silva**

Resumo

INTRODUÇÃO: A reiteração das tragédias ambientais e a paulatina deterioração de recursos naturais essenciais, compromete sobremaneira, a sobrevivência e a autodeterminação de indivíduos, seus grupos e/ou comunidades num panorama que inviabiliza a subsistência em seus habitats originários. Nesse contexto, sobrevêm situações inesperadas, que devem ser tuteladas de modo geral pelo Direito Internacional. A dura realidade, gira em torno do surgimento de uma nova classe de pessoas, que não estão submetidas aos anteparos do ordenamento internacional, os refugiados ambientais, que tem como maior paradoxo a inexistência de amparo jurídico específico. A ausência de consenso no que tange a uma conceituação jurídica e subsequente tutela, suprime a índole de uma regência protetiva, que modernamente tem como fundamento as normas de Direito Internacional Humanitário, de Direito Internacional dos Refugiados e do Direito Internacional do Meio Ambiente. Que não demonstram as balizas de um Direito Internacional Público apto a cotejar um tratamento apropriado ao óbice em questão. **PROBLEMA DA PESQUISA:** o presente trabalho, intenta demonstrar que as migrações decorrentes de razões climáticas sempre estiveram presentes na história da humanidade, contudo, os impactos advindos das súbitas alterações climáticas, afeta negativamente o meio ambiente de forma integral, abarcando a população humana, como parte integrante desta globalidade, constituindo-se assim, uma nova classe de refugiados, aqueles que se originam dos deslocamentos ocasionados por eventos conexos ao clima, “os refugiados ambientais”. Busca-se abordar o reconhecimento do direito de migrar e ainda a salvaguarda da tutela jurídica ao refugiado ambiental. **OBJETIVOS:** No intuito de se buscar a supressão da lacuna presente no ordenamento internacional, esse pôster se propõe à uma análise bibliográfica, em busca de se detectar subsídios elementares em mecanismos internacionais que intentem contribuir na conformação de um compromisso mundial em consonância com a dinâmica global de deslocamentos em virtude das questões ambientais. **METODO E METODOLOGIA:** Para o presente pôster, propõe-se um estudo bibliográfico e normativo acerca do tema-problema, utilizando-se do método dedutivo-indutivo. **RESULTADOS ALCANÇADOS:** A existência fática dos “refugiados ambientais” de forma global é indiscutível e tem originado condições inadmissíveis de flagrante violação de direitos humanos, reflexo inerente a indeterminação jurídica em que permanecem. Os lapsos verificados no padrão normativo e no quadro de políticas internacionais concernentes a questão em plena evolução dos “refugiados ambientais” demandam resolução. Consoante a isso, uma solução não se restringe ao auxílio humanitário. Por isso, mostra-se de suma

importância avanços que de maneira integrada possam auxiliar no questão dos “refugiados ambientais”, definindo vínculos entre a proteção dos direitos humanos e a proteção do meio ambiente, vez que em âmbito acadêmico prevalece uma ótica mais compartimentalizada a respeito do tema, para assim, atender ao intento de acolhimento e proteção dos “refugiados ambientais”. Ainda que a Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados não tenha um direcionamento a questão ambiental, fica clara suas limitações para compreender as novas perspectivas jurídicas que advém do reconhecimento de uma nova classe de refugiados. Nesta senda, um mecanismo internacional que contemple esse embate hodierno deve avolumar-se em apartado a esses regimes, contudo concatenado a eles, englobando suas convicções, regras e instrumentos, adaptando-os com o objetivo de considerar à complexidade dos desígnios vigentes.

Palavras-chave: Desregulamentação, Mudanças climáticas, Vulnerabilidade

Referências

AMARAL JÚNIOR, Alberto do. O direito de assistência humanitária. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

ANDRADE, José H. Fischel de. Direito internacional dos refugiados: evolução histórica (1921-1952). Rio de Janeiro: Renovar, 1996.

_____. A política de proteção a refugiados da Organização das Nações Unidas - sua gênese no período pós-guerra (1946-1952). 2006. 327f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais). Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

BARBOSA, Luciana Mendes. A construção da categoria de refugiados ambientais: uma análise pós-estruturalista do regime para refugiados das Nações Unidas. 1º Simpósio em Relações Internacionais do Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP E PUC-SP). São Paulo, 12 a 14 de novembro de 2007.

BARBOSA, Luciana Mendes; SOUZA, Matilde. Securitização das mudanças climáticas: o papel da União Europeia. Contexto Internacional, v. 32, n. 1, janeiro/junho 2010. p. 121-153.

BATES, Diane C. Environmental refugees? Classifying human migrations caused by environmental change. Population and Environment. Human Sciences Press, v. 23, n. 5, p. 465-477, May 2002.

BECK, Ulrich. O que é globalização? equívocos do globalismo: respostas à globalização. Tradução de André Carone. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. La Sociedad del Riesgo Global. Traducción de Jesús Alborés Rey. Madrid: Siglo Veinteuno de España Editores, 2002.

BETTS, Alexander. Conceptualising interconnections in global governance: the case of refugee protection. RSC Working Paper n. 38, Refugee Studies Centre, University of Oxford, Dec. 2006.

BORN, Rubens Harry. O custo ambiental: mudanças climáticas e verdades inconvenientes. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, Instituto Pólis, ano 2, n. 24, p. 4-5, jul. 2009.

BORRÀS PENTINAT, Susana. Refugiados ambientales: el nuevo desafío del derecho internacional del medio ambiente. *Revista del Derecho*, Valdivia, v. 19, n. 2, p. 85-108, dic. 2006.

CAVARZERE, Thelma Thais. Direito internacional da pessoa humana: a circulação internacional de pessoas. Rio de Janeiro: Renovar, 1995.

DOW, Kirstin; DOWNING, Thomas E. O atlas da mudança climática: o mapeamento completo do maior desafio do planeta. Tradução de Vera Caputo. São Paulo: Publifolha, 2007.

DUN, Olivia; GEMENNE, François. Defining 'environmental migration'. In: *Forced Migration Review 31: Climate change and displacement*. Oxford: Refugee Studies Centre – University of Oxford, October 2008. p. 10-11.

GIDDENS, Anthony. A política da mudança climática. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

HOGAN, Daniel; MARANDOLA JR., Eduardo (Org.). População e mudança climática: dimensões humanas das mudanças ambientais globais. Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepo/Unicamp; Brasília: UNFPA, 2009.

HOMER-DIXON, Thomas F.; BOUTWELL, Jeffrey H.; RATHJENS, George W. Environmental Change and Violent Conflict: Growing scarcities of renewable resources can contribute to social instability and civil strife. *Scientific American*, February 1993. p. 38-45.
HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. Grande Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

JUBILUT, Liliana Lyra. Migrações e desenvolvimento. In: AMARAL JÚNIOR, Alberto do (Org.). *Direito Internacional e desenvolvimento*. Barueri: Manole, p. 123-154, 2005.

_____. O Direito Internacional dos refugiados e sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro. São Paulo: Método, 2007.

_____. A necessidade de proteção internacional no âmbito da migração. Revista Direito GV, São Paulo 6(1), p. 275-294, jan-jun 2010. p. 275-294. JURASIN, Ina; LINDROOS-KOPOLO, Nina; REUCHLIN, Philip. Economic and environmental aspects of migration. OSCE Yearbook 2007, v. 13, Institute for Peace Research and Security Policy at the University of Hamburg/IFSH (Ed.) 13, Baden-Baden, 2007. p. 327-339.

LEÃO, Márcia Brandão Carneiro. Direitos Humanos e Meio Ambiente: mudanças climáticas, “refugiados” ambientais e Direito Internacional. Disponível em: Acesso em: 11 out. 2020.

MARANDOLA JR., Eduardo; HOGAN, Daniel Joseph. As dimensões da vulnerabilidade. São Paulo em perspectiva, v. 20, n. 1, jan./mar. 2006. p. 33-43.

RENNER, Michael. National security: the economic and environmental dimensions. Worldwatch Paper 89. Washington, D.C.: Worldwatch Institute, May 1989.

REKACEWICZ, Philippe. Refugiados globais: migração sem escolha. Le Monde Diplomatique Brasil. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n. 8, p. 30-31, mar. 2008. 141

SACHS, Jeffrey D. Common Wealth: Economics for a crowded planet. London: Allen Lane, 2008.

SANDERSON, Matthew R. Globalization and the Environment: Implications for Human Migration. Human Ecology Review, v. 16, n. 1, 2009. p. 93-102. SASSINE, Vinícius. Haitianos refugiados ganham o direito de permanecer no Brasil. Correio Braziliense, Brasília, 18 mar. 2011.

TRENNEPOHL, Natascha. Seguro ambiental. Salvador: Juspodivm, 2008.

TURTON, David. Conceptualising forced migration. RSC Working Paper n. 12, Refugee Studies Centre, University of Oxford, Oct. 2003. Disponível em: Acesso em: 18 nov. 2020.

_____. Refugees and ‘other forced migrants’. RSC Working Paper n. 13, Refugee Studies